

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

PAINEL: O DESAFIO DO TRATAMENTO IGUALITÁRIO PARA AS PROFISSÕES JURÍDICAS MESA: AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PROFISSIONAL NA DPRJ

25 de Novembro de 2020, às 14h

Composição da mesa:

Mariana Vianna

Mestra em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF)
Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD-UFF)

Ana Paula Sciammarella

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Rodrigo Pacheco

Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ)

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

RESUMO

Esta mesa tem a finalidade de apresentar as políticas de inclusão profissional promovida no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo desta mesa é promover o debate acerca das novas políticas para a garantia da diversidade e da equidade racial com relação ao ingresso de novos defensores públicos com o sistema de cotas, proporcionando uma maior representatividade de pessoas negras dentro da instituição no combate ao racismo institucional no sistema de justiça e como isso incide nas práticas institucionais da Defensoria.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO



Mariana Vianna

Mestra em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF)
Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD-UFF)

Queria agradecer ao Pedro pela oportunidade de poder estar participando do seminário de pesquisa. Vou me apresentar rapidinho, eu sou a Mariana Vianna, sou bacharela em Segurança Pública e Social pela Universidade Federal Fluminense e mestra em Sociologia, também pela UFF. Participo do grupo de pesquisa do Professor Pedro desde a graduação. Então, fui orientanda dele e depois, no mestrado, fui para outro programa, onde fui orientada pelo Professor Daniel Hirata, que também esteve aqui na mesa de manhã. Agradeço ao Pedro pela oportunidade de participar mediando a mesa e também da organização do seminário.

Vou apresentar a mesa de hoje. Ela é composta pela Professora Ana Paula Sciammarella, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A Professora Ana Paula é doutora e mestra em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas, o NUPIJ-UFF. Integra os grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Lutas Sociais, o UNILUTAS da UNIRIO, e o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito, o NSD da UFF. Integra também o Laboratório de Estudos em Gênero Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, o LEDS da UNIRIO e, atualmente, coordena o Núcleo de Prática Jurídica da UNIRIO, desenvolvendo pesquisas com foco nas questões que relacionam o gênero, Poder Judiciário, acesso à justiça e a administração de conflitos.

A mesa também é composta pelo Rodrigo Batista Pacheco, formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. Foi diretor de Assuntos Institucionais da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, no biênio 2004-2005, retornando à associação como vice-presidente no biênio 2008-2009. Em 2013, foi eleito membro classista do Conselho Superior da Defensoria Pública. E de 2015 a 2018, ocupou o cargo de segundo subdefensor-geral do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, ocupa o cargo de defensor público-geral do Rio de Janeiro, eleito e

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

nomeado para atuar no biênio 2019-2020.

Vou passar a palavra para o Rodrigo, e o Rodrigo terá 30 minutos para sua fala. Peço que fique atento ao chat, pois irei avisar quando o tempo estiver acabando.

Passo a palavra para o Rodrigo.

Rodrigo Pacheco

Defensor Público-geral da Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ)

Obrigado, Mariana. Boa tarde! Queria saudar aqui o Professor Pedro e a Ana Paula, agradecer muito o convite. É sempre uma oportunidade emocionante para mim e para a instituição, poder dialogar com a Academia. Como eu disse no início, talvez a Defensoria e a Academia sejam os pontos mais vulneráveis hoje, pela sua autonomia, pela sua capacidade de pensamento crítico e de defesa dos direitos humanos.

Eu vou tentar ser bem informal para uma troca de experiências sobre uma dimensão mais política da Defensoria, as transformações que vêm acontecendo nos últimos anos e a nossa experiência aqui, enquanto gestão, sempre tendo como pano de fundo esse protagonismo, que o sistema de justiça vem adquirindo nos últimos anos, a partir da Ação Penal 470 e do pensamento “lavajatista”. Então hoje, o sistema de justiça está sob um grande holofote e os grandes temas nacionais – talvez isso seja ruim, na minha avaliação é ruim – passam pelo sistema de Justiça, e a Defensoria Pública está inserida nesse sistema, nos seus aspectos positivos e, também negativos. Porque eu busco sempre também não construir idealizações institucionais. Esse talvez tenha sido o grande erro da [Operação] Lava-Jato, das instituições do sistema de justiça. Havia quase uma mistificação institucional das missões dos integrantes do Ministério Público.

E agora, falando um pouco da reflexão que a gente tem que fazer sobre a Defensoria. Como eu disse, vou ser bem informal, vou fazer um plano, um voo panorâmico sobre a história da

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Defensoria, porque a gente mudou muito. A Defensoria, quando ingressei em 2002, é completamente diferente hoje, especialmente, aqui no estado do Rio de Janeiro. No Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria tem 66 anos de existência. Nós somos quase 800 defensores públicos, junto com salvo engano Roraima, é a única Defensoria Pública que está presente em todas as comarcas. Então, a gente está presente desde a menor comarca, Varre-Sai, por exemplo, até aqui a capital, na Baixada Fluminense.

Então, é uma instituição muito capilarizada, muitas vezes confundida com Ministério Público, mas tem funções completamente diferentes. Essa confusão é talvez porque aqui no Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública nasce dentro do Ministério Público. Ela era carreira inicial do Ministério Público. A pessoa entrava no Ministério Público como o defensor público. Isso na década de 1970, após fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Existia a Defensoria Pública antes no Estado do Rio de Janeiro, enfim, mas era muito incipiente, tinha uma atribuição muito pequena. Eu entendo, obviamente, isso marca que ela tem mais de 60 anos, mas a grande mudança da instituição começa quando ela passa a ser a carreira inicial do Ministério Público, aqui já no novo Estado do Rio de Janeiro. Então, a pessoa ingressava no Ministério Público como defensor público, e aquelas ironias do destino... Ela era promovida à promotor de justiça. Então, deixava de fazer a defesa e se tornava promotor de justiça.

A história da Defensoria Pública aqui no Estado do Rio de Janeiro está muito vinculada ao atendimento individual. A sua gênese é no atendimento individual e vem até um pouco de um olhar mais individualista sobre o Direito. Eu vou seguir uma linha de raciocínio. Para mim, uma das maiores referências sobre a Defensoria Pública no Brasil é o Professor José Augusto Garcia, que é professor da UERJ, meu colega defensor público, meu amigo e hoje também integrante aqui da instituição como diretor do Centro de Estudos Jurídicos. Ele fala que a Defensoria Pública no Brasil viveu três ondas renovatórias.

A primeira onda renovatória, que é a origem da instituição, é essa perspectiva muito individual de atuação no Judiciário. A Defensoria nasce como a assistência judiciária e individual, que era

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ter um defensor público para quem não podia pagar por um advogado para atuar em determinado processo, e está muito vinculado também à defesa criminal. Isso durou muito tempo, enfim, década de 1970, década de 1980, esse olhar individual. A Constituição de 1988 é um ponto importante de evolução porque ela passa a prever a figura da instituição da Defensoria na Constituição da República, mas ainda muito sob o olhar individual do advogado, digamos dos hipossuficientes, os advogados dos pobres. Tinha duas dimensões: atender uma pessoa específica e se ela tivesse um processo. Então, muito vinculado à atividade judiciária.

E, obviamente, fazendo um voo muito panorâmico assim, essa nossa história é muito de altos e baixos, ela não é linear. A gente chega a uma segunda onda renovatória, que a gente coloca como o ponto do momento de nascimento da segunda onda renovatória com o Código de Defesa do Consumidor, quando ali passa a prever o primeiro tipo de ação coletiva da Defensoria Pública, especialmente na área de defesa do consumidor. Vejam que é a área mais, digamos vinculada ao capital, mais vinculada à atividade econômica, que é onde surge a legitimidade da Defensoria. Abre-se essa porta e o pensamento sobre a Defensoria Pública vai se aprofundando e começa a vir o grande movimento nacional pela luta da legitimidade à Defensoria Pública para propor ação civil pública.

A gente tinha posicionamentos, e aí, obviamente, isso parte do Código de Defesa do Consumidor, para fazer uma interpretação extensiva. Durante anos, isso foi uma batalha de jurisprudência, uma batalha judicial no STJ e no STF, para entender em que demandas a Defensoria Pública poderia atuar, se deveria ter uma pertinência temática com os hipossuficientes. Enfim, isso foram anos de evoluções e involuções na jurisprudência com um movimento político muito forte porque, após 1988, várias Defensorias Públicas surgem no país, e aí, obviamente, isso gera um caldo cultural associativo político muito forte.

Até que veio em 2007, com a alteração da Lei da Ação Civil Pública, que passa a prever a legitimidade da Defensoria Pública para propositura de ações civis públicas. E aqui abre-se, então, mais uma janela. É a segunda onda renovadora, quando a Defensoria passa de atendimentos

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

exclusivamente individuais para atuar em demandas coletivas. Isso também ensejou uma série de batalhas e disputas, especialmente, com o Ministério Público. A Associação Nacional do Ministério Público propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para declarar a inconstitucionalidade dessa alteração da Lei da Ação Civil Pública, foi um processo que tramitou durante alguns anos no Supremo Tribunal Federal. Até que o STF julgou improcedente o pedido da ADI e ficou consolidada a legitimidade ampla da Defensoria Pública para as ações civis públicas.

E a gente coloca como marco também, fruto de todo esse movimento político associativo e de chegada de novas gerações na Defensoria Pública, com o pensamento pós 1988, enfim, o pensamento democrático, as gerações formadas em Universidades pós-ditadura e todo esse ambiente efervescente busca criar uma ampliação da atuação da Defensoria Pública.

É um marco para a terceira onda renovadora, segundo o José Augusto, a Lei Complementar 132 de 2009, que fez 10 anos ano passado. Obviamente, eu tenho a plena convicção de que só foi possível essa Lei Complementar 132 pelo apoio do Governo Federal da época, em que havia um ambiente de reforma do sistema de justiça, de democratização do sistema de justiça e aí tem CNJ, CNMP e a reforma do Judiciário. E nessa nossa grande transformação do sistema de justiça, a Defensoria Pública foi também com essa alteração da nossa Lei Complementar 80, por meio da Lei Complementar 132.

O José Augusto diz que a Lei Complementar 132 transformou a Defensoria Pública numa grande agência contramajoritária de promoção e defesa de Direitos Humanos. Ela não é simplesmente uma atuação individual, não é simplesmente uma atuação coletiva, ela rompe o discurso da neutralidade, mostra uma instituição sem neutralidade, enfim, ela tem como missão e centralidade da sua atuação os Direitos Humanos. E como é que isso impacta, como é que essa terceira onda impacta a Defensoria?

Para vocês terem ideia de como é heterogênea a Defensoria do Rio, a gente está indo para 67 anos de existência, a Defensoria Pública do Amapá tem menos de 1 ano de existência e foi a última a ser criada. A gente teve um período de 10 anos com o surgimento Defensoria Pública de São Pau-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

lo, Paraná, Santa Catarina, Goiás... Então, tem Defensorias muito recentes ainda na sua primeira geração de defensores públicos no Estado. É óbvio que isso causa uma certa disrupção no sistema de justiça porque são juízes e promotores que não estão acostumados com um agente público de promoção de Direitos Humanos, que é um pouco diferente aqui no Estado do Rio de Janeiro porque é uma instituição muito consolidada. Muitos juízes e desembargadores foram defensores públicos. Enfim, tem uma longa história, não causa tanta disrupção como nesses novos Estados quando abandona-se o modelo de convênio da advocacia privada atuando como defensoria. Isso coloca um agente público com autonomia e independência cumprindo essa missão central na área de Direitos Humanos.

E quais os impactos, e olhando um pouco aqui já para a Defensoria Pública do Rio, quais foram os impactos dessa terceira onda aqui no Estado do Rio de Janeiro? Enfim, não dá para eu falar com vocês que aqui há um pensamento homogêneo sobre o papel da Defensoria. É evidente que quando você tem uma instituição composta de 88% de pessoas brancas, mais de dois terços da instituição é composta de mulheres. Então, é uma instituição majoritariamente feminina e de pessoas brancas advindas, obviamente, quase integralmente do mesmo estrato social. Então, é uma instituição muito heterogênea no seu pensamento de papel enquanto instituição e ainda mais num momento de tanta polarização política, quando atuar por Direitos Humanos é quase que etiquetado como um campo político-partidário.

Então, não é um pensamento homogêneo. É evidente que há uma um debate interno sobre para onde a Defensoria Pública caminha e há suas dinâmicas de política interna porque a cada ano nós temos eleições, seja para defensor público-geral, seja para a Associação ou para o Conselho Superior. Então, é uma instituição muito politizada do ponto de vista do processo eleitoral, da identidade da Defensoria Pública e há grupos antagonistas, como ocorre mesmo numa sociedade democrática, enfim. E nós, enquanto grupo que pensamos Defensoria Pública para o futuro muito influenciado pela Lei Complementar 132, chegamos aqui na instituição, na gestão em 2015.

Esse grupo aqui está desde 2015 na gestão da Defensoria Pública, tem um histórico de asso-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ciação. Enfim, eu fui vice-presidente, André foi presidente da Associação Estadual e da Associação Nacional, um grupo que é forjado na luta associativa. Nós lideramos a maior greve da história da Defensoria Pública em 2005. Perdemos três eleições seguidas até que em 2015 ficamos em primeiro lugar com André. E André cumpriu quatro anos, eu cumpri dois e fui reeleito agora para mais dois anos. Então, a gente vive aqui gerações que viveram defensorias completamente diferentes. Tem colegas aqui de 70 anos, que entraram no início da década de 1980 e você tem colegas defensores com menos de um ano, que foram formados em universidades com outro pensamento sobre Defensoria, que chegam aqui numa outra instituição.

Então, eu vou dizer o impacto que teve a Lei Complementar 132 em 2009. Tem impacto, obviamente, da influência da Lei, das reflexões nacionais, mas tem muito aquela vontade política que esse grupo implementou de trazer essa figura... A trazer para a centralidade da instituição o debate sobre os Direitos Humanos. E como é que isso impacta e o que a terceira onda indica além da atuação individual e coletiva? Eu listei aqui uma série de atuações nossas e outras dimensões que seria inimaginável discutir isso nas décadas de 1970, 1980, muito menos da década de 1990.

O primeiro ponto é uma *advocacy*. Hoje, o modelo brasileiro de acesso à justiça, que é um modelo único no mundo, não existe nada parecido com esse modelo brasileiro de acesso à justiça. A gente tem uma mistura da figura da *Defensoria Del Pueblo* dos países latinos, com as defensorias tradicionais de atendimento individual e a gente conseguiu construir um modelo que abrange atendimento individual. A gente atua, por exemplo, em quase 80% dos processos que tratam de direitos de família. A gente atende individualmente os presos, uma atuação coletiva. Hoje, a Defensoria do Rio tem núcleos de tutela coletiva em todo o Estado, mas agora a gente tem além, que é a terceira onda. O primeiro impacto é o *advocacy*, que é quando a instituição, por meio dos seus membros, atua no processo legislativo, atua na formulação de política pública e vou dar alguns exemplos que, para mim, foram muito ricos.

Há quatro anos, que foi na época das “10 medidas de combate à corrupção”, o auge do “lavajatismo”, enfim, que quem confrontava aquelas famosas “10 medidas de combate à corrupção”

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

eram logo taxados de favoráveis à corrupção. Havia ali o rolo compressor do sistema de justiça “lavajatista” para aprovação das mais de 100 medidas, não eram só dez. E a Defensoria Pública do Rio foi fazer um *advocacy* no Congresso Nacional. Fomos fazer um debate público contrário às “10 medidas de combate à corrupção”. Eu mesmo fui até Curitiba conversar com o Deltan Dallagnol para fazer um debate público sobre as “10 medidas” mostrando que, na verdade, aquelas mais de 100 medidas impactariam fortemente a clientela do sistema de justiça criminal estadual e, que ele desconhecia completamente.

Agora, durante o debate do Pacote Anticrime, nós fomos fortemente também no Congresso Nacional, já com outras defensorias compreendendo seu papel de atuação no processo legislativo. Defender a prisão só após o trânsito em julgado, nós fomos combater o excludente de ilicitude proposta pelo Ministério da Justiça. Eu participei de duas audiências públicas lá no Senado sobre esse tema, que é o forte papel também na instituição.

A Defensoria está semanalmente em várias audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado, que tem um espaço de debate republicano, institucional, de formulação de política pública. A gente entende que é importante ocupar esse espaço também no debate legislativo. Um tema que foi muito interessante, uma experiência muito interessante de *advocacy*, e eu vou chegar lá, a partir dos dados que nós captamos, estruturamos e analisamos, nós constatamos aqui que, de dezembro [de 2019] a mais ou menos fevereiro [de 2020], há um aumento grande na busca do serviço da Defensoria por vaga em creche, especialmente, na Zona Oeste. A partir desses dados dessa pesquisa que nós fizemos, as nossas equipes foram à Câmara de Vereadores aqui do município do Rio, na comissão de orçamento e fizemos um debate que resultou no remanejamento de 40 milhões do orçamento de publicidade e propaganda da Prefeitura para a educação infantil.

Isso não tem nada a ver e nenhuma relação com o atendimento individual, nenhum caso concreto, com nenhuma atuação coletiva. Não foi um PAC, não foi uma ação civil pública, mas é a terceira dimensão de atuação da instituição, a terceira onda renovatória que, a partir do atendimento individual da captura e da análise desses dados, nós vamos fazer o debate na formulação

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

da política pública.

Há uma segunda dimensão que é fruto dessa terceira onda renovatória, o litígio internacional. Parte da sociedade civil não compreende ainda como um órgão público vai ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos denunciar uma violação estatal. Há um certo tensionamento, que é natural no processo, mas a Defensoria Pública vem ocupando também e utilizando esse caminho do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do Sistema ONU também, de levar casos para o litígio internacional, e eu vou contar, obviamente, um caso que foi muito impactante, ainda muito forte na área penitenciária.

Acho que a gente tem que repensar o Sistema Interamericano para além do sistema socio-educativo e do sistema penitenciário, mas o sistema penitenciário trouxe o *leading case*, que é impactante aqui no Estado do Rio. Foi o do presídio unidade de Plácido Sá Carvalho que, nos últimos anos, tinha números assustadores de mortes não-violentas, por superlotação, por conta das péssimas condições de higiene, da falta de atendimento à saúde. Nós levamos isso à Comissão, a Comissão levou à Corte e a Corte, salvo engano, ano passado deu ao caso uma decisão inédita. Nesse presídio, cada dia de pena é contado em dobro. Isso gerou um impacto muito positivo aqui para uma série de alterações no sistema penitenciário. Tanto é que esse presídio, hoje, está abaixo da sua lotação.

Tem um outro campo que cresce muito na Defensoria, que é a mediação de conflitos. Enfim, a saturação do Poder Judiciário e a burocratização do Poder Judiciário vêm levando a Defensoria a buscar a mediação como a ferramenta de solução extrajudicial dos conflitos. A mediação hoje é um negócio lucrativo para vários. Tanto é que é um mercado muito pujante no mundo corporativo, nas relações de consumo e a Defensoria vem construindo o seu caminho de capilarizar as mediações nos bairros mais vulneráveis com a população mais empobrecida.

A gente tem mediação na Baixada Fluminense, na Zona Oeste, e o impacto é muito positivo para reduzir a judicialização. A gente tem um projeto aqui que envolve várias instituições, inclusive o Poder Executivo, a Defensoria da União, a Procuradoria Geral do Estado, que são as câmaras de

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

resolução de litígios em saúde. Nós temos hoje convênio com 20 municípios. Então, antes de propor uma ação por um medicamento, uma internação, exame, salvo casos de urgência, é claro, esse caso é submetido à essa câmara de resolução de litígios em saúde para resolver extrajudicialmente, em diálogo direto com o Poder Executivo. E isso teve um impacto, por exemplo, no município de Campos de reduzir a judicialização em 70%. Isso não envolve nenhum juiz decidindo, nenhuma máquina do Poder Judiciário para cumprir a decisão. Isso envolve repensar o papel da instituição enquanto promoção de direitos fundamentais, dos Direitos Humanos, para além de transformar o problema numa petição inicial e delegar essa solução, terceirizar essa solução para o Judiciário.

Especialmente, aqui no Rio de Janeiro, a gente tem uma virada em 2015 em dois campos. E aqui são dois campos que eu gosto muito, que é comunicação e pesquisa. Apesar de não ser jornalista nem pesquisador, mas são campos que impactam muito, o que eu penso enquanto instituição, enquanto Defensoria Pública, na disputa de narrativa. Enfrentar o debate público, enfim, cada vez mais desacredito na judicialização e acredito cada vez mais na formulação de política pública, seja mostrando por meio de evidências de coleta de dados, seja por meio de uma estratégia de comunicação também.

Então, em 2015, a gente deu uma virada aqui. Nós criamos uma diretoria de pesquisa que hoje conta com uma pesquisadora-diretora, um assistente, dois estatísticos e uma equipe de estagiários. A nossa ideia é fazer pesquisas não dogmáticas. São pesquisas empíricas aplicadas ao Direito, sempre conectadas com os casos da instituição. Eu acho que a instituição, a Defensoria, não quer ocupar o papel que é da Academia, não quer ocupar um papel que é das instituições de pesquisa. Ela quer é, a partir do seu atendimento individual, a partir da sua experiência diária em cada órgão de atuação, capturar esses dados, estruturar e conectá-los com uma demanda, seja em Brasília, seja numa ação civil pública.

E aqui alguns exemplos que nós damos. A gente faz o monitoramento das audiências de custódia e nós temos o maior banco de dados de audiências de custódia do Brasil. Porque cada pessoa atendida pela Defensoria Pública é submetida a uma anamnese, a gente analisa todas as dimen-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

sões. Nós criamos a figura do defensor-pesquisador, esse defensor, que vai fazer audiências de custódia e faz uma anamnese do caso em todas as suas dimensões: saúde mental, gênero, raça, violência policial. A partir disso, criamos um protocolo de prevenção e combate à tortura.

Nós, hoje, temos um banco de dados impressionante de pessoas entrevistadas e a nossa diretora de pesquisa, a cada ano, faz um balanço porque a gente entende que a audiência de custódia é uma política pública prioritária de acesso à justiça. E aí, a gente enfrenta o debate. Às vezes a gente ganha, às vezes perde, como foi ontem. Mas, são esses dados que permitem nós chegarmos à conclusão de que a cada 10 pessoas que são presas, 8 são negras. Isso é um dado muito impactante no debate público.

Nós fomos, por exemplo, numa opinião consultiva na Corte Interamericana de Direitos Humanos quando se debatia a necessidade de processo judicial para a requalificação civil das pessoas trans. Nós fizemos uma – ih, tenho cinco minutos, estou concluindo – nós fizemos uma ampla pesquisa sobre todos os processos judiciais de requalificação civil. Ali, nós conseguimos mostrar com evidências que havia uma patologização. Era uma análise médica da questão. Os juízes exigiam pareceres médicos, laudos psiquiátricos, o que obviamente revitimizava aquela pessoa extremamente vulnerável. Esses dados foram apresentados na Corte, na opinião consultiva 24, salvo engano.

Enfim, têm várias outras pesquisas, acelerando um pouquinho. Nós temos uma forte estratégia de comunicação ligada ao litígio estratégico, dosando o momento de expor a questão de fundo do processo para obviamente impactar a decisão judicial. A gente nutriu um pouco a experiência do que a Operação Lava-Jato fez, ela fez no mau sentido, mas a gente faz, digamos, posso dizer, desculpa ser presunçoso, mas mostrando o processo. E a gente tem um caso aqui que foi muito impactante, foi o 159 de Santa Cruz. Esse caso aconteceu há dois anos durante a intervenção federal. Foi apresentado como um troféu da intervenção de combate à milícia e ali nós usamos uma forte estratégia de comunicação para mostrar que, por trás do que havia de combate da milícia, na verdade, haviam (sic) pessoas que estavam numa festa, no pagode. Foi uma batalha que durou

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

seis meses na mídia. Enfim, hoje todas essas pessoas foram absolvidas, ninguém foi condenado, muito sequer foram processados. Estou passando bem rapidamente.

Uma atuação forte em processos de grande repercussão no Supremo Tribunal Federal, no STJ, como a *amicus curiae*. Essa era uma atuação muito tímida da Defensoria. Hoje nós temos um monitoramento constante do Supremo. Quando surge um processo com grande repercussão no Supremo, no STJ, conectado com a atuação e com a missão da instituição, nós ingressamos com uma *amicus* e ali fazemos o debate sob o olhar da instituição. É o caso da ADPF das favelas, que nós estamos como *amicus* proposto pelo PSD.

A ação que discute a descriminalização do aborto. Ontem no CNJ, nós sustentamos contra a audiência de custódia por vídeo conferência. Então, esse é um papel também que não está conectado a uma ação individual, nem uma atuação coletiva, vem dessa terceira onda renovatória da instituição.

Fazendo um panorama mais político, a instituição vem passando por um forte debate interno, como já havia antecipado, porque historicamente se pensava a Defensoria Pública como braço do governo, no alinhamento político com o governante de ocasião, enfim, para que ela pudesse crescer. Esse pensamento estava arraigado na instituição, de que havia necessidade de ter um alinhamento total com o governador do momento. Isso ficou mais explícito na época do governador Cabral, na época das remoções, dos grandes eventos, da Copa e das Olimpíadas, em que havia um alinhamento e esse debate foi muito intenso na instituição.

Se a instituição tem autonomia e independência, porque ela precisa desse alinhamento? E aqui a gente faz esse debate quase que diariamente, a partir de 2015, com a efetivação da autonomia. É muito importante que a gente tenha a previsão de autonomia administrativa, orçamentária, financeira prevista há mais de dez anos, mas nunca havia sido implementada. Com a nossa chegada aqui, com André, nós implementamos todos os projetos estruturantes de autonomia, que obviamente nos blindam e nos protegem de eventuais retaliações. Obviamente, isso não significa que a gente vai declarar guerra a todas as instituições. Isso tem que ser dosado com conversas, com

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

diálogo, mas, principalmente, sem neutralidade, com o posicionamento firme e corajoso.

Isso passou e eu boto dois pontos importantes também, duas mudanças estruturantes importantes com a chegada de uma ouvidoria externa aqui na Defensoria. Ana Paula participou aqui do primeiro processo, acompanhou de perto aqui o processo de escolha do ouvidor externo que, obviamente, não foi um debate fácil interno. Ali havia a acusação de que a gente queria se transformar em uma defensoria bolivariana e se transformar numa “esquerdoria” pública, que ia colocar o MST para fiscalizar a defensor... E a gente enfrentou o debate do papel da ouvidoria, que é de interlocução com a sociedade civil, que é de aproximação e fortalecimento da instituição. E hoje, digamos que, não há espaço para retrocesso. A ouvidoria tem mais de quatro anos e ela proporcionou profundas transformações na instituição. Eu cito um projeto que se chama “Circuito Favela por Direitos”, quando mais de quase 100 defensores públicos, isso surgiu durante a intervenção, a ouvidoria lidera esse projeto, o Pedro Strozenberg, que é defensor e parceiro, toda sexta-feira, toda semana ia percorrer as várias favelas do Estado para olhar a atuação do Exército, para dialogar com a população.

Além da presença da instituição lá ser importante, a gente teve uma mudança da cultura interna porque quando você coloca mais de 80 a 100 defensores públicos saindo de seus gabinetes, pisando dentro das favelas da Baixada, de São Gonçalo, aqui da Região Metropolitana, isso tem o potencial de transformação muito grande. Que é óbvio, não é homogêneo e tem suas disputas.

E esse ano eu boto mais um ponto de mudança. Eu sei que já estourei meu tempo, mas acho importante enfrentar esse tema, que é quando a gente cria a Coordenação de Promoção da Equidade Racial. Esse é um debate que foi muito intenso ano passado a partir do concurso público, do último concurso, quando todos os defensores e defensoras eram brancos e o movimento negro fez um forte tensionamento. Eu já era o Defensor Público-Geral e recebi aqui mais de 30 pessoas do movimento negro. Apanhei muito, mas com razão. Enfim, esse é o processo democrático, a gente faz esse processo democrático. Ali, havia a necessidade da gente repensar o ingresso na instituição, de haver uma maior diversidade na instituição. E aí, esse ano, a gente entendeu que

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

havia uma janela de oportunidade única, que era quando o tema racial se transforma no principal tema no mundo e no Brasil, e a gente falou: “Esse é o momento de a gente criar uma Coordenação de Promoção de Equidade Racial. A gente criou a coordenação e tem a função não de atender casos de racismo, porque para esses casos já existe um núcleo de combate ao racismo, já tem uma defensora que atende as pessoas vítimas de racismo. A coordenação tem um olhar interno para a gestão, para pensar o racismo em suas mais diversas dimensões, seja no ingresso na instituição, seja nas suas práticas. Hoje ocupa a Lívia Miranda.

E fruto desse trabalho, a gente apresentou há uma semana uma nova proposta de regulamento do concurso, aumentando as cotas para 30%, atendendo uma série de pleitos do movimento negro e das pessoas com deficiência também. Enfim, a prova é objetiva. A gente já criou um programa de mentoria de estudantes bolsistas na nossa Fundação Escola. A gente está com uma série de medidas para tentar aumentar a diversidade na Defensoria, mas é evidente que esse não é um debate fácil. Semana passada foi muito intenso internamente, muito tenso também, porque quando se fala em cotas, enfim, ainda que a gente esteja numa instituição mais progressista, aberta, que tenha centralidade em Direitos Humanos, é uma exposição heterogênea.

Eu passei muito rapidamente, corri aqui, mas eu tentei dar uma visão geral nas várias dimensões políticas e conflitos internos que a Defensoria está vivendo e o que a gente pensa no futuro.

Enfim, estou aberto aqui para tirar todas as dúvidas.

Mariana Vianna (NSD-UFF)

Muito obrigada, Rodrigo!

Agora vou passar a palavra para a Professora Ana Paula.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Ana Paula Sciammarella

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Obrigada, Mariana. Obrigada, Rodrigo, pela sua exposição.

Eu acho que ela faz uma trajetória da Defensoria, que perpassa tanto a formação da instituição em si, quanto as suas práticas institucionais. Como essas práticas vão se alterando ao longo do tempo até você chegar nesse momento que vocês estão vivenciando agora, que fala sobre essa nova arquitetura institucional, esse design institucional. Como é que uma instituição que primeiro lutou para protagonizar diferentes práticas, uma prática mais diversa, mais comprometida com os Direitos Humanos e mais inclusiva, primeiro nas suas práticas. Então, primeiro “para fora” da Defensoria, e acho que agora vocês vivem um momento “para dentro”, como é que a gente reverbera essas práticas para dentro.

Isso me faz pensar muito nos meus dois trabalhos de pesquisa, embora eu tenha sido sempre uma pessoa muito próxima da Defensoria, inclusive, nesse processo da ouvidoria externa. Lembro que a minha participação foi assim: “Vamos qualificar o debate, vamos qualificar quem são os ouvidores que estão disputando aquele espaço tão novo”. E eu lembro que eu tinha um estudo anterior sobre o debate do CNJ, de quem compõe o CNJ, e toda a tensão que era para a magistratura receber o que seria essa ouvidoria externa da magistratura e essa ideia de “a magistratura vai ser fiscalizada”. E no fim o que a gente também vê no CNJ, é que ele foi ficando um pouco pálido, o que a gente tinha expectativa de representatividade da sociedade civil do CNJ – até o Professor Roberto Fragale, que vai falar aqui, tem um estudo sobre isso, quem é a sociedade civil que compõe o CNJ, a gente vê que são indicações muito políticas. Então, vivenciar esse processo da ouvidoria externa me deu uma dimensão clara de que a Defensoria estava topando a ideia de ter, de fato, uma representação da sociedade civil ali muito próxima. E eu fico sempre traçando, então, um paralelo entre a magistratura e a Defensoria.

Estou pensando aqui que, na minha dissertação do mestrado, eu estava muito focada nas prá-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ticas da magistratura, porque eu olhava para o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Depois de tanto olhar para esses juizados, comecei a me perguntar: “Mas pera aí, quem são essas pessoas que estão atrás do balcão do Juizado?”. Porque a gente olhava para aquelas mulheres, para as mulheres em situação de violência: “Quem são essas mulheres? A raça dessas mulheres? Qual condição econômica? Que tipo de violência elas sofriam?”. Mas, cada vez mais, me dava conta de que, tão importante quanto reconhecer quem eram aquelas mulheres e quais eram aquelas práticas, era me perguntar quem eram aquelas juízas. Que, com o passar do tempo, e quando eu observava audiências, percebia que muitas vezes eram pessoas muito pouco familiarizadas com a vivência daquelas pessoas que elas estavam atendendo.

Então, eu acho que quando a Defensoria passa por esses diferentes processos de reflexão, que são: “Que tipo de causa a gente vai atuar?”, “Vamos sair do individual para o coletivo para entender que determinados problemas não são individuais, mas são estruturantes de toda a sociedade”. Então, quando a Defensoria para de se preocupar apenas com o preso, mas passa a se preocupar com medidas que impactam o sistema penitenciário como um todo. Quando deixa de atender apenas um caso de racismo e monta um núcleo, que se estrutura para olhar para a questão das favelas, por exemplo, e o alto índice de letalidade de jovens negros, e com isso vai propor ações para parar determinadas operações nas favelas, eu acho que tem um processo de amadurecimento agora que fala: “A gente está preocupado com os outros, com o negro, com a mulher, com o hipossuficiente, mas e a nossa instituição, o que nossa instituição tem a dizer sobre isso?”.

Acho que a magistratura me mostrou o quanto o sistema de justiça é pouco reflexivo sobre si. Fala muito sobre o “eles”. É como se fossem “os pobres coitadinhos os quais nós atendemos, nós os assistimos”. Inclusive, essa a ideia de usar a palavra assistido, né? Mas, como se isso não tivesse nada a ver com a gente. E as magistradas que eu entrevistava, eu perguntava para elas se tinham sofrido algum tipo de discriminação, porque meu foco estava na magistratura e gênero, eu não dialoguei com a questão racial por falta de dado, tem muito poucas juízas negras e meu foco

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

estava em entrevistar juízas que tinham chegado na presidência do Tribunal, chegado a cúpula do Tribunal. E quando eu entrevistava essas mulheres, eu perguntava se elas tinham sofrido alguma discriminação de gênero e elas falavam para mim: “Não. Você não conhece a Constituição de 1988, artigo 5º ‘Todos são iguais perante a lei’, e existe igualdade de raça, sexo e gênero. Não tem essa história de discriminação”. E com o passar do tempo, naquelas conversas, eu perguntava para elas como tinha sido a vivência delas ao longo da carreira, como elas conciliavam isso com a maternidade. Como é que elas lidavam com receber assistidos em seu gabinete, advogados homens no seu gabinete, e elas iam me falando uma série de relatos onde estava claro ali um preconceito sofrido por elas pelo fato de serem mulheres.

Mas, elas tinham muito pouca capacidade de reflexão sobre aquilo quando se tratava delas. Mesmo as juízas que lidavam com questão de gênero, que tinham atendido mulheres em situação de violência. É como se aquilo não fizesse parte, como se aquela couraça institucional as isentasse do preconceito e discriminação, e elas tinham uma dificuldade no reconhecimento dessas vivências, algo que se revelou muito ao longo das entrevistas que eu fiz.

Então, eu fico pensando que, quando a Defensoria foi capaz de elaborar essa reflexão do “para fora”, do outro, do atendido, de entender que isso era estrutural, então não era o caso individual, mas do coletivo, é um passo imenso. Mas, agora é um outro passo, eu acho que talvez... Eu não sei se o José Augusto vai chamar de uma quarta onda, mas talvez seja uma quarta onda esse momento em que a Defensoria passa a olhar para si, “para dentro”. Que instituição é essa que luta para minimizar a letalidade de jovens negros na favela, mas que não tem jovens negros favelados nos seus quadros institucionais, na sua formação, na sua arquitetura institucional? Então, eu acho que esse momento que vocês vão vivenciar agora na gestão, eu fico pensando no quanto isso pode ser transformador na Defensoria e no quanto isso pode impactar nas outras carreiras.

Eu acho que tem um ponto, Rodrigo, que você mencionou quando você fala da trajetória dessa mudança institucional da Defensoria, que é essa luta associativa. O que eu observei também na tese olhando para a magistratura é que muitos desses debates se iniciam dentro das associa-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ções profissionais. É um movimento associativo, através do que a Rosane Lavigne vem chamando de “grupos de consciência”, que *startam* essa provocação dentro das instituições. Acho que a Defensoria viveu isso com a coletiva de mulheres e agora está vendo essa questão da igualdade, da equidade racial a partir dessa coordenadoria, mas isso vai ter um fruto muito interessante desse diálogo entre associações profissionais e a instituição em si.

E na magistratura, o que eu verifiquei um pouco na tese e na pesquisa é um protagonismo muito grande da Ajufe, da Clara Mota lá na Ajufe, na Associação de Juízes Federais do Brasil, que criou a chamada Ajufe-Mulheres, e tem levado isso como pauta para a magistratura como um todo. E um ponto também que elas estão colocando agora, e que acho que vocês também vão ter que enfrentar em breve, é a ocupação desses espaços de decisão, de poder e de política institucional a ser ocupado por esses grupos, que são grupos excluídos desses espaços profissionais. Então, ainda acho que vai ter uma quinta onda, digamos assim, que depois que essas pessoas se inserirem na instituição, elas vão disputar espaços como esse que você está ocupando agora.

Eu me lembro muito bem quando eu dei aula no curso da Defensoria como era. A gente falava em cotas, mas a gente via que a realidade de quem estava disputando essas cotas precisava de um impulso, que ia muito além de se ter vagas reservadas. Estudar para um concurso público dessa natureza, seja para defensor, seja para magistratura, exige uma dedicação que, muitas vezes, essa parcela da população que tem cor, tem gênero, porque isso também impacta nas mulheres, fica muito à margem dessa disputa, se a gente pensar em quem hegemonicamente está ocupando esses espaços.

O próprio Pedro Heitor tem uma pesquisa junto à Escola da Magistratura, que estudava os “concurseiros”, como a gente chama, e a gente viu o quanto que essas pessoas comprometiam as suas vidas pessoais, e aquelas que podiam comprometer as suas vidas pessoais, para estudar para a magistratura. Era desde aquela menina que dizia que: “Eu só vou casar quando eu passar no concurso para a magistratura”, “Eu só vou trabalhar quando eu passar no concurso para a magistratura”. E como é que a gente pensa nisso? Quem são essas pessoas que estão ocupando

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

esses espaços institucionais e como que elas vão lidar com essas disputas contra-hegemônicas no interior do sistema de justiça?

Então, eu saúdo essa iniciativa, eu acho que o tema da equidade racial é tenso na Defensoria porque ele está olhando para dentro e aí está precisando também fazer com que as pessoas reconheçam que esse preconceito não é só o “há o pobre favelado que eu estou cuidando, que é o meu assistido”, mas é “espera aí, eu tenho aqui dentro da minha instituição...”. Estou querendo dizer que aquele que é preconceituoso, não é só o policial, não é só o governo, mas é também, talvez, o colega que está sentado aqui do lado e que não está disposto a ceder alguns privilégios para abrir as portas para uma nova arquitetura institucional.

No caso da Defensoria, ela é bem diferente da magistratura, ela tem essa característica de ser uma instituição mais feminina. Mas, eu daria um olhar para a questão de ser uma instituição feminina porque eu acho que a Defensoria esteve muito nesse lugar do cuidado, do cuidar do outro, do assistir, pelo menos tradicionalmente, talvez antes quando a gente chamava de “assistido”. Será que é isso que leva as mulheres para esse lugar de Defensoria? Acho que é uma coisa para gente pensar junto. Será que é esse lugar do cuidado, que leva as mulheres para a Defensoria, enquanto você vai ter na magistratura uma maioria de homens? E, também, assim, onde estão as mulheres na Defensoria? Eu não sei, eu não li as últimas pesquisas. Sei que tem pesquisa sobre gênero na Defensoria, mas na magistratura está muito claro que essas mulheres estão ocupando os cargos de primeira instância. Quando você vai para os desembargadores, o número de mulheres se reduz e quando você vai para a Presidência do Tribunal então, você vai ter aí uma redução do número de mulheres que ocupam esses espaços. Então, uma provocação que eu te faço é: você acha que os defensores, as próprias defensoras, estão preparados para fazer esse debate da equidade racial, e não só no concurso, mas também nos espaços que são ocupados pelos defensores? Eu acho que essa é uma questão que você vai ter que enfrentar e, talvez, olhar isso olhando também para a experiência das outras instituições que já tiveram cotas.

Porque o CNJ já tinha a cota em termos numéricos e percentuais para aumentar o número

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

de pessoas negras na instituição. Qual é o resultado disso? O que será, para a gente pensar aqui enquanto pesquisador, o que será que muda tanto no sistema de justiça? E aí eu falo da magistratura e da Defensoria, que é o que eu conheço mais, eu não vou falar tanto do Ministério Público, que faz com que todo mundo seja de muito boa vontade, do tipo: “Eu sou legal, eu atendo aqui no núcleo de violência doméstica e familiar contra a mulher”, “Eu sou uma juíza que cuido das mulheres vítimas de violência”? O que será que faz com que esses atores do sistema de justiça estejam em alguma medida mais aberto para mudar suas práticas quando é para atender o outro, mas que dificuldade é essa que aparece quando é preciso olhar para dentro, olhar internamente?

Então, eu acho a gente tem uma quarta onda para ser pensada em termos de instituição que saiu do individual, foi para o coletivo, do coletivo foi para outras dinâmicas, que são as dinâmicas do *advocacy*, mas eram todas dinâmicas que estavam muito voltadas para fora. Olhar para dentro, agora, eu acho que parece ser um grande desafio que não é só da Defensoria, é também das outras instituições do sistemas de justiça, do Ministério Público, enfim. A Justiça Eleitoral andou flertando com o tema de gênero agora nas eleições... Mas acho que o olhar para dentro e o reconhecer enquanto instituição que há um preconceito de gênero, raça, que é institucional, e que também estrutura, estou falando de racismo institucional, de discriminação de gênero dentro das instituições. Parece ser mais difícil, parece doer mais do que reconhecer a dor daquele que é o outro, como se o outro “tudo bem, ele é pobre, favelado, ela é mulher é vítima de violência, eu não, eu sou defensor, defensora, aqui não tem isso, aqui não tem esse mimimi”. Então, acho que é pensar sobre isso, como é que a gente vai lidar com esse desafio que é interno e como é que as pesquisas vão se desenvolver internamente.

E para os pesquisadores que estão aí fazendo mestrado ou doutorado, como é que vão poder olhar para uma arquitetura institucional agora a partir de uma instituição que resolveu pautar isso, pautar a importância de ter diversidade nos seus quadros e não apenas nas suas práticas. Então, eu acho que tem uma série de temas, e aí eu já estou deixando essa provocação das práticas de gênero também, porque agora que eu estou vivenciando essa questão da maternidade, profissão e

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

maternidade, como é que lidar com isso. Até porque como a coordenadora de equidade racial vai ser mamãe também, então vocês vão ter que, bem em breve, lidar com o tema também da maternidade, que é um tema que foi um capítulo da minha tese. Eu não esperava que fosse ser, mas que é algo que impacta na vida das mulheres nas diferentes profissões, e nas profissões das carreiras jurídicas não é diferente.

Então, eu acho que é um pouco esse o meu diálogo, para pensar por dentro agora. E dizer que eu estou muito interessada em acompanhar esse debate institucional porque é um tema que me é muito caro, que é a diversidade das instituições e dos atores do sistema de justiça, tanto na questão de gênero quanto na questão de raça.

É isso, obrigada, Mariana!

Mariana Vianna (NSD-UFF)

Eu que agradeço, Ana Paula. Queria muito deixar pública a minha admiração por você, pelo seu trabalho. Eu acompanhei um pouco da sua trajetória durante a minha estadia na graduação e a sua no doutorado. Sempre é muito motivador ouvir você falar, principalmente sobre as questões de gênero, que é uma questão que é muito cara para você, principalmente nos seus estudos e tudo mais. Então, fica aqui a minha declaração pública de admiração pelo seu trabalho e por você.

Ouvindo vocês falarem, eu pensei em muitas coisas que também foram colocadas aqui durante todos esses dias de seminário. E aí a gente está falando, pegando algumas falas que foram colocadas pelo Rodrigo e pela Ana Paula, eu acho que a gente precisa voltar também para o pensamento interno institucional e não só com relação a gênero e a raça, que é o que a gente está falando aqui muito. A gente teve, inclusive, no Dia da Consciência Negra, duas mesas que falavam sobre a questão de raça, direitos de povos de terreiro e a luta antirracista. Mas a gente precisa entrar também na questão de classe, tendo em vista que essa população negra tem uma classe.

E aí eu me lembrei muito da fala do Professor Mário Falcão, na mesa com o Professor Fragale,

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ele falou que os operadores do Direito são todos da mesma classe, que frequentam as mesmas academias, que frequentam os mesmos restaurantes, que frequentam sempre os mesmos lugares e são as mesmas pessoas que pertencem não só a uma classe, mas também são brancas e, em sua maioria, são homens. Então, a gente também precisa fazer esse recorte.

E eu queria fazer duas perguntas. Uma [pergunta] para o Rodrigo. Você falou sobre essas políticas internas de promoção de equidade racial da Defensoria e da questão do ingresso também, de implementar uma questão relacionada à cota nos editais de ingresso dos concursos públicos. E aí eu queria ir para além disso, eu acho que quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa que também além de gênero e raça, sou muito preocupada também com os grupos em vulnerabilidade, principalmente, com relação à questão LGBTQIAP+. Então, a gente tem uma questão que está muito acentuada também nos concursos para ingresso em Universidades, seja na graduação ou nos programas de pós-graduação, que são os sistemas de cotas para pessoas trans, por exemplo.

Já falamos aqui de várias ondas e estamos aqui na onda da equidade racial. E aí eu gostaria de fazer essa provocação, no sentido de se pensar mais à frente. A gente sabe que existe uma questão estrutural na nossa sociedade com relação a todos esses tipos de preconceito, eu queria saber se, para além do que está acontecendo agora sobre a questão da equidade racial, se existe também dentro da Defensoria, enquanto uma instituição pública, a equidade também com relação à população LGBTQIAP+, principalmente pessoas trans. Para essas pessoas saírem do lugar de “assistido”, que são aqueles que são tratados pela Defensoria, como foi falado aqui sobre a questão da patologização. Então, a Defensoria tem atuado sobre essa questão? Se “para dentro” da Defensoria existe essa questão, essa política de promoção equidade.

Para Ana Paula, um dos pontos da minha dissertação de mestrado foi sobre a questão do gênero feminino com relação a esse papel de trabalhar sempre na questão de assistir ou de cuidar. A minha dissertação de mestrado fala sobre a Central Disque-Denúncia e a maioria das atendentes são mulheres. Como colocar isso, essa questão da mulher sempre em profissões de cuidado? E aí a gente também entra na questão da Sociologia das Profissões, etc. Então, como que você viu,

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

com seu estudo sobre magistradas essa questão de as mulheres sempre estarem mais presentes em cargos de cuidado, que seria de assistência.

E aí apareceu uma pergunta no chat, que é da Maria Carolina Loss, ela pergunta assim: “gostaria de perguntar ao defensor público-geral se está havendo sucesso na questão do abastecimento de água através das ações da Defensoria Pública e do MP, em relação às questões da pandemia?”. Então, além dessa questão apresentada pela Carol, qual o papel da Defensoria durante esse período de pandemia?

Muito obrigada, e passo a palavra para o Rodrigo.

Rodrigo Pacheco (DPRJ)

Obrigado, eu vou tentar aqui abordar rapidamente.

Ana, eu vou publicar, talvez esse ano ou início do ano que vem, um artigo com o José Augusto sobre o que a gente está chamando de quarta onda da Defensoria, mas é numa outra dimensão, são os impactos da tecnologia no Direito. Porque isso está mudando profundamente, os robôs, enfim, tem uma questão gigantesca sobre algoritmo, que tem um debate racial também. Isso impacta também o acesso à justiça, é um caminho para democratizar o acesso à justiça. Mas, eu acho que é interessante a gente refletir sobre o que a gente está vivendo ainda intensamente, ter um distanciamento para olhar todo esse processo, assim como hoje eu consigo enxergar, e você falou super bem, o distanciamento do processo de ouvidoria como foi duro, como foi difícil, foi violento também. A gente está vivendo hoje um processo duro, difícil e violento igualmente para buscar maior diversidade aqui na instituição.

Enfim, aqui a gente está ouvindo discursos desde que a gente quer doutrinar defensores públicos, que a gente quer selecionar quem pensa igual a nós para que a gente tenha um projeto de perpetuação no poder no plano de debate surge nesse momento. Enfim, veio o debate da merito-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

cracia, igualmente. O que eu percebo hoje nos debates internos é muito curioso porque publicamente ninguém tem coragem de enfrentar esse tema, mas internamente, agora está mais calmo, mas semana passada os grupos enlouqueceram e aí foram vários. A instituição é muito heterogênea, tem um campo muito conservador, tem um campo que eu vejo ainda muito majoritário, você tem um centro que gravita. Enfim, são bons defensores, comprometidos, mas que são resistentes a algumas agendas.

E a gente está vivendo uma transição geracional, para mim, muito intensa. Estão chegando defensores já formados nessa nova perspectiva de Defensoria Pública a partir da Lei Complementar 132, gente que está chegando agora na Defensoria que viveu as cotas na universidade pública. Eu sou formado na UERJ, quando eu saí da UERJ, em 2001, não tinha cota, chegou em 2002. Então, você está pegando gente que está chegando agora na instituição que vivenciou o impacto das cotas, o impacto positivo das cotas na Universidade e chega na instituição com uma outra cabeça.

Mas, você tem aqueles que se formaram há muitos anos, que, enfim, alguns são mais abertos, outros estão muito inflexíveis. Então, eu acho que a gente precisa ainda ter um respiro para fazer uma análise distanciada. Porque assim como tem muita gente defendendo, aplaudindo, enfim, celebrando. E é importante também, tem que ter uma estratégia sabe, se eu introduzisse esse debate no passado seria muito pior. Esse ano é isso! O gestor aqui, a análise é uma análise diária que eu tenho que fazer também de encontrar a janela e falar: “Agora eu coloco”. Entendeu?

Então foi isso, quando a gente criou a Coordenação de Promoção de Equidade Racial foi uma unanimidade, todo mundo gostou. Enfim, a gente estava vivendo ainda George Floyd e toda essa comoção, toda a coisa foi celebrada internamente. Óbvio que tem gente que foi contra, mas que ficou envergonhada de se posicionar contra, mas no geral a gente já teve esse distanciamento.

Aí a gente dá mais um passo agora, que agora não é só uma coordenação, agora é política concreta de transformação. Aí a gente abriu aqui uma tampa que saiu de tudo, positivamente, defendendo ardorosamente. Porque não foi só aumentar a cota, a gente mudou muito o concurso. Atendendo àquilo que não foi da nossa cabeça, foi fruto do tensionamento do movimento negro,

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

eles apresentaram uma série de demandas. É óbvio que essa abertura para o movimento negro dialogar com a gestão é fruto de uma ouvidoria externa. Gerações de defensores que valorizam esse diálogo com a sociedade civil. Nada é gratuito. Não foi da nossa mente, não foi um grupo de iluminados defensores que resolveram fazer isso, isso foi fruto de um processo de tensionamento, de diálogo, de influência da sociedade civil.

Então, a gente fez prova objetiva, a gente colocou uma pessoa de fora da Defensoria Pública em cada banca, porque eu acho que as pessoas de fora, da Academia, tem que participar do concurso. A gente reduziu a nota para quatro, a gente fez cláusula de barreira para a ampla concorrência, foram muitas mudanças. Paralelo a isso, a gente tem grupos de defensores fazendo mentoria de alunos da nossa Fundação Escola. A gente quer criar um programa de bolsa para formados para se dedicarem exclusivamente para ingressar na instituição em semelhança com o que fez o Itamaraty, que é um programa bem-sucedido. O nosso programa de residência, que tem cotas muito bem consolidadas, a gente investe muito na residência também para ser mais um ponto de preparação para chegar à Defensoria.

Então, está sendo muito tenso, não está sendo fácil. Talvez isso daqui a dois anos, na próxima eleição, tenha um custo político para esse grupo. Isso a gente vai enxergar daqui a dois anos, porque agora eu concorri sozinho, enfim que é óbvio que ninguém quer gerir a Defensoria em pandemia, nesse caos político do Estado do Rio de Janeiro, com governador afastado, com novo governador, regime de recuperação fiscal, só esses malucos aqui que topam tocar a instituição. E a gente vai tocando e tentando fazer as medidas estruturantes.

Sobre a posição das mulheres, eu discordo de você, Ana, quando você fala que elas ocupam posição de cuidado. Corregedoria, para mim, não é uma posição de cuidado. Pelo contrário! É uma que zela e fiscaliza a atividade funcional e preza pela qualidade do serviço público. A subdefensora pública-geral aqui, que é a responsável pela interlocução com todos os núcleos especializados para a atividade fim, é uma mulher. A gente tem um compromisso de equidade racial, quem formula as políticas de acesso à justiça aqui são mulheres. As coordenações todas, desculpa, só com

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

exceção do Emanuel na defesa criminal, são ocupadas por mulheres. E o Emanuel está saindo e vai chegar a Lucia Helena, que é uma mulher negra que vai coordenar a defesa criminal na Defensoria Pública.

No nosso grupo, as cinco últimas presidentes da Associação são mulheres. Não acho que tem esse olhar. Eu sei que foi feito muito esse debate aqui. O Alexandre Mendes, da UERJ, tinha olhares que as mulheres só ocupavam posições de cuidado, eu discordo totalmente. A Adriana Britto, que você conhece também, não ocupa uma posição de cuidado. Ela formou a capacitação da Defensoria Pública e isso, para mim, não é uma posição de cuidado.

Sobre cotas para pessoas trans, isso é um tema que a gente ainda não enfrentou aqui. Enfim, é uma questão legal, tem uma barreira legal que é difícil a gente superar para esse cargo, mas na Fundação Escola, nos cursos de preparação a gente tem cota para as pessoas trans. Paralelo a isso, a gente tem um projeto, na época com a Prefeitura e depois a gente tocou, um projeto muito legal que é o “Projeto Damas”, que era de capacitação das mulheres trans. A partir da capacitação, nós contratamos uma série delas para ocupar funções como servidoras públicas, aqui na Defensoria e fora dos guetos do Núcleo de Diversidade Sexual.

Eu sei que eu estourei meu tempo, mas essa história é muito boa porque mostra como isso impacta a instituição. Uma dessas pessoas contratadas foi trabalhar na área de material aqui, que é uma área extremamente machista, masculina e que fica ao lado do setor de transporte. Você não tem noção do que é o setor de transporte da Defensoria Pública. É 100% masculino, machista e teve um impacto da presença dela tão positivo na interlocução com os motoristas da Defensoria, com quem cuida dos depósitos. Então, a gente não avançou muito, mas só a presença dela aqui, fora do naturalmente pensado: “Ah, vou contratar uma pessoa trans, vai trabalhar no Núcleo de Diversidade Sexual”. Nossa postura foi diferente: “vamos trazê-la para a gestão, impactar a gestão”, e isso teve no relacionamento com os motoristas. Foi uma experiência muito interessante observar daqui, do papel de gestor, porque a gente imaginava que ela sofreria algum preconceito, enfim, mas pelo contrário, teve uma integração muito grande.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Eu estourei o tempo, desculpa, mas acho que tem a questão da água, só rapidinho. A gente propôs uma ação civil pública contra a CEDAE. Nós ganhamos a liminar para obrigar o Estado, a CEDAE, a fornecer água às favelas, inclusive com o carro pipa. Foi feita uma suspensão junto à presidência do Tribunal de Justiça, que suspendeu a decisão e foi submetida ao órgão especial mais ou menos há duas, três, semanas e nós perdemos a liminar da ação civil pública.

Paralelo a isso, a gente está trabalhando fortemente junto ao Poder Executivo no processo de privatização da CEDAE. Enfim, a gente não tem nenhum debate se deve ser ou não privatizado, eu acho que esse é um papel que não é da Defensoria Pública questionar se deve ou não ser privatizado, mas o nosso papel é discutir o impacto do serviço de água à população vulnerável na modelagem que o Poder Executivo está fazendo. A gente está fazendo um debate forte no edital, de que forma contempla o fornecimento de água com tarifas diferenciadas, enfim, às vezes até gratuitamente para a população que mora nas favelas. Termina aqui.

Ana Paula Sciammarella (UNIRIO)

Só para responder então rapidinho, eu sei que a gente tem tempo.

Na magistratura eu percebi um pouco isso em algumas falas, no sentido de que as mulheres iriam cuidar de mediação. O Rodrigo até falou agora a pouco desse panorama da Defensoria, que as mulheres cuidariam de mediação, estariam nas Varas da Infância. Eu não fiz esse levantamento, mas tinha uma fala no ar sobre esse lugar do cuidado das mulheres, tanto que se a gente olhar, por exemplo, para a Justiça Federal e se a gente olhar até para a história da “Lava-Jato”, você vê que há um número baixo de mulheres magistradas nesses espaços. Mas eu acho que isso varia de instituição para instituição, e acho que isso é uma coisa para a gente olhar com cuidado nessas novas arquiteturas institucionais.

Eu acho que a Carol, que está aqui também, fez pesquisa na Defensoria e falou um pouco de

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

gênero, depois a gente também pode voltar e fazer uma leitura da pesquisa dela e seguir nesse diálogo. E acho, Carol, que ficou uma deixa aí com esse novo formato do concurso da gente fazer uma pesquisa sobre a questão racial na Defensoria. Eu fiquei muito feliz de saber que não se resume as cotas. Eu lembro que eu tinha discutido com a Adriana sobre essa questão da mentoria. Acho que vai ser transformador no concurso e essas outras políticas como a de bolsa também.

Enfim, foi um prazer estar aqui, eu já vou meio que me despedindo aqui porque já vou de novo para minha função do exercício da Ayo do direito de livre demanda de amamentação, mas agradeço muito a paciência também com essa proposta aqui um pouquinho diferente de participação.

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Oi Mariana, deixa eu falar só um minutinho então, por favor.

A gente já está no final, eu gostaria, Rodrigo, de te agradecer imensamente por essa aula sobre o trabalho institucional que é realizado na Defensoria Pública. Também de conhecer um pouco mais a instituição e a sua disponibilidade também em participar dessa conversa. Eu desejo toda sorte, muito sucesso nessa sua segunda gestão. Eu espero que você consiga... Aparentemente, você tem uma consciência muito grande, eu acho que a grande virtude do que você nos contou é a consciência que você tem, enquanto gestor, dos desafios internos, vamos dizer assim. E teus projetos também engatilhados para serem executados. Isso é muito importante, num momento em que os defensores dos Direitos Humanos, eles são vidraça, mas eles não param de trabalhar. Eles vão continuar fazendo seu trabalho e o que você nos apresentou aqui foi muito trabalho.

Parabéns por tudo que você vem fazendo à frente dessa gestão e eu coloco também à disposição a nossa inteligência, nossos recursos humanos, o nosso trabalho à disposição da Defensoria sempre que você precisar. Nós estamos à disposição para contribuir e colaborar.

Nosso papel aqui é preponderantemente de facilitar esse diálogo dos operadores do Direito

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

com a sociedade, produzindo maior inteligibilidade sobre os desafios dos operadores do Direito. Então me coloco à disposição e passo a palavra para você.

Logo depois vamos precisar encerrar porque a próxima mesa com o Desembargador João Lages, do Tribunal de Justiça do Amapá, já espera a gente na sala.

Obrigado, viu Rodrigo?!

Rodrigo Pacheco (DPRJ)

Nada, só vou agradecer. Eu coloquei meu e-mail no chat, Ana tem meu telefone e, como disse, estou absolutamente disposto. Quem quiser mergulhar na Defensoria para fazer pesquisa, a gente dá todos os dados. A Defensoria Pública tem compromisso com a Universidade, todo o nosso setor de pesquisa. Enfim, quem tiver com desejo de pesquisar sobre a Defensoria Pública, a casa está mais do que aberta.

Muito obrigado. Foi uma tarde muito especial para mim também. Ótimo evento!

Mariana Vianna (NSD-UFF)

Obrigada, Rodrigo, Pedro e Ana, e a Ayo pela participação especial.

A gente vai para a próxima mesa, às 15:30, com o Professor Fernando Fontainha, o Desembargador João Lages e mediação de João Vitor Abreu. Obrigada!